



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 07M1

Direito do
Trabalho e Direito
Previdenciário



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a

resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras,

- 110 mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo.
- (B) explicativo.
- (C) alternativo.
- (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificação adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública**36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos estandardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico

41

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

25 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

Conhecimentos Específicos

51

João Ferreira, brasileiro, foi contratado na cidade de Fortaleza, no Ceará, por empresa de nacionalidade argentina, devidamente registrada no Brasil e com atuação autorizada para funcionamento no país, para trabalhar em subsidiária situada na Bolívia, do mesmo grupo econômico, dedicada ao ramo de petróleo e gás, o que fez durante cinco anos. Veio a ser despedido, sem nada receber, retornando então ao Brasil com dinheiro emprestado por um ex-colega de trabalho. Partindo do pressuposto de que Brasil, Argentina e Bolívia não têm tratado internacional sobre a legislação aplicável à situação descrita, para João Ferreira reclamar direitos trabalhistas decorrentes do contrato que manteve com a referida empresa, assinale a alternativa correta:

- (A) Com base no princípio da nacionalidade do empregador, o trabalhador, na condição de expatriado, deverá mover ação trabalhista na Argentina, postulando os direitos trabalhistas previstos na legislação argentina.
- (B) Com base no princípio do *ius sanguinis*, o trabalhador deverá mover ação trabalhista no Brasil, postulando, com fundamento no princípio da territorialidade, os direitos trabalhistas previstos na legislação boliviana.
- (C) Na condição que manteve com a empresa, de expatriado, o trabalhador deverá mover ação trabalhista no Brasil, postulando, com fundamento no princípio da norma mais favorável, os direitos previstos na legislação brasileira, ressalvada a lei boliviana, se mais benéfica.
- (D) Com base no princípio da territorialidade, o trabalhador, expatriado, deverá mover ação trabalhista na Bolívia e com fundamento no princípio da norma mais favorável, postular os direitos trabalhistas previstos na legislação mais benéfica.
- (E) Com base no princípio da nacionalidade do empregador como réu, o trabalhador, expatriado, deverá mover ação trabalhista na Argentina, mas deverá, com fundamento no princípio da territorialidade, postular os direitos trabalhistas previstas da legislação boliviana.

52

Leia as afirmativas.

- I. São detentores de garantia de emprego o suplente da representação dos trabalhadores eleito para cargo de direção nas comissões internas de prevenção de acidentes – CIPA's e o empregado designado como representante dos empregados nos Conselhos de Administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, ambos desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato ou gestão, conforme a hipótese.
- II. São detentores de garantia de emprego a gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto; o presidente e os demais componentes titulares da representação dos trabalhadores nas comissões internas de prevenção de acidentes do trabalho; e, os titulares e suplentes da representação dos trabalhadores no Conselho Nacional de Previdência Social, todos até um ano após o término de seus mandatos.
- III. São detentores de garantia de emprego os acidentados em decorrência do trabalho pelo prazo de doze meses após a cessação do auxílio-doença acidentário da Previdência Social, independentemente da percepção de auxílio-acidente e, independentemente de vínculo empregatício, o dirigente eleito para cargo de direção em cooperativa de trabalhadores, até um ano após o término do mandato.
- IV. São detentores de garantia de emprego os servidores públicos nos três meses que antecedem o pleito eleitoral correspondente, até a posse dos eleitos; os dirigentes sindicais, titulares e suplentes, desde o registro da candidatura até um ano após o término de seus mandatos; e, os membros efetivos e suplentes da representação dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS, até um ano após o término de seus mandatos.
- V. São detentores de garantia de emprego os empregados da administração indireta federal, estadual e municipal; os dirigentes sindicais, titulares e suplentes, desde o registro da candidatura até um ano após o término de seus mandatos; e, os titulares e suplentes da representação dos trabalhadores e nas Comissões de Conciliação Prévia, estes até um ano após o término de seus mandatos.

Assinale se

- (A) somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (B) somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (C) somente as assertivas I e III estão corretas.
- (D) somente as assertivas I e IV estão corretas.
- (E) somente as assertivas III, IV e V estão corretas.

53

José das Couves, carpinteiro, ajuizou reclamação trabalhista, postulando o reconhecimento de vínculo de emprego com a empresa Construprédios S.A, bem como as parcelas decorrentes do contrato de trabalho que alegou ter mantido, entre elas, diferenças salariais, horas-extras, gratificações natalinas, férias e indenização de aviso prévio. Em defesa, a empresa alegou que as partes mantiveram contrato de prestação de serviços autônomos e, por cautela, a prescrição quinquenal. As partes não produziram provas e o juiz de 1º grau julgou improcedente o pedido. Em recurso ordinário, o Tribunal reformou a sentença, julgando procedente o pedido, sem apreciar a prescrição arguida em contestação, porque não renovada em contrarrazões.

Sobre esse caso, é correto afirmar que

- (A) O Tribunal decidiu corretamente quanto ao reconhecimento do vínculo e parcelas decorrentes, porque o ônus da prova da inexistência do vínculo era da empresa e também de forma correta quanto ao não conhecimento da prescrição arguida, porque não renovada em contrarrazões de recurso.
- (B) O Tribunal decidiu corretamente quanto ao reconhecimento do vínculo e parcelas decorrentes, porque o ônus da prova da inexistência do vínculo era da empresa, mas pelo efeito devolutivo em profundidade do recurso deveria ter apreciado a prescrição alegada na defesa.
- (C) O Tribunal decidiu de forma incorreta quanto ao reconhecimento do vínculo e parcelas decorrentes, porque o trabalhador não fez prova alguma do alegado, mas decidiu de forma correta quanto ao não conhecimento da prescrição arguida, porque não renovada em contrarrazões de recurso.
- (D) O Tribunal decidiu de forma incorreta quanto ao reconhecimento do vínculo e parcelas decorrentes, porque o trabalhador não fez prova alguma do alegado e também de forma incorreta quanto ao não conhecimento da prescrição arguida em contestação, em face do efeito devolutivo em profundidade.
- (E) O Tribunal decidiu corretamente quanto ao reconhecimento do vínculo e parcelas decorrentes, porque o ônus da prova da inexistência do vínculo era da empresa, mas indevidamente suprimiu instância ao decidir as demais parcelas não apreciadas na sentença, e decidiu de forma correta quanto ao não conhecimento da prescrição arguida, porque não renovada em contrarrazões de recurso.

54

Para fins previdenciários, analise as afirmativas seguintes:

- I. Caracterizam acidentes do trabalho quaisquer lesões à vida ou à integridade física do empregado como decorrência do exercício do trabalho a serviço da empresa durante o horário de trabalho e as doenças profissionais que causem a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho, bem como de atos de sabotagem praticados por terceiro.
- II. Caracterizam acidentes do trabalho quaisquer doenças que resultem na morte ou na perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho, bem como as lesões decorrentes de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
- III. Caracterizam acidentes do trabalho as lesões sofridas pelo segurado no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, que causem a morte, a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho e as concausas.
- IV. Caracterizam acidentes do trabalho quaisquer lesões à vida ou à integridade física do empregado como decorrência do exercício do trabalho a serviço da empresa durante o horário de trabalho, que causem a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho, bem como as lesões ocorridas no trabalho em decorrência de ato de pessoa privada do uso da razão.
- V. Caracterizam acidentes do trabalho as doenças profissionais, as doenças endêmicas e as inerentes a grupo etário, que resultem na morte ou na perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Assinale se

- (A) apenas as assertivas II e III estão corretas;
- (B) apenas a assertiva II está correta;
- (C) apenas as assertivas III e V estão corretas;
- (D) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;
- (E) apenas as assertivas I e II estão corretas.

55

Assinale a afirmativa correta.

- (A) Para efeito de caracterização de responsabilidade civil do empregador, o acidente do trabalho para efeitos indenizatórios não se confunde com o benefício previdenciário, para estes incidindo a responsabilidade objetiva e para aqueles, a subjetiva, excluindo a lei da caracterização de doenças do trabalho apenas as doenças degenerativas não relacionadas à natureza do trabalho.
- (B) Para efeito de caracterização de responsabilidade civil do empregador, o acidente do trabalho para efeitos indenizatórios não se confunde com o benefício previdenciário, mas nas duas hipóteses sempre incide a responsabilidade objetiva.
- (C) Doença do trabalho, também denominada de doença profissional, é a doença decorrente do exercício da profissão, excluindo a lei da caracterização de acidente do trabalho, entre outras hipóteses, a doença degenerativa não relacionada à natureza do trabalho.
- (D) As hipóteses de responsabilidade civil do empregador pelo acidente do trabalho são as mesmas que caracterizam o benefício previdenciário, excluindo a lei da caracterização de doenças do trabalho apenas as doenças degenerativas.
- (E) Para efeito de caracterização de responsabilidade civil do empregador, o acidente do trabalho para efeitos indenizatórios não se confunde com o benefício previdenciário, para estes incidindo a responsabilidade objetiva e para aqueles a subjetiva, ressalvadas as circunstâncias de risco, excluindo a lei da caracterização de doenças do trabalho, entre outras, as doenças endêmicas não relacionadas à natureza do trabalho.

56

Antônia trabalha há 15 anos na residência de Carlos, realizando as atividades de cozinha e, ainda, elaborando as refeições que Carlos vende como “quentinhas” na região. Em 2010, Antônia caiu quando lavava o piso da cozinha, ficando afastada por um ano, recebendo benefício do auxílio-doença, tendo em vista sua incapacidade temporária para laborar em suas funções rotineiras. Cessada a incapacidade temporária, a perícia constata que Antônia ainda possui sequelas que reduziram sua capacidade laborativa para as antigas atividades de forma definitiva.

Antônia tem direito, à luz da legislação previdenciária:

- (A) ao auxílio-doença, que deve ser mantido pela entidade previdenciária.
- (B) a ser aposentada por invalidez.
- (C) a nenhum tipo de benefício, eis que a redução da capacidade foi apenas parcial.
- (D) a receber o auxílio-acidente.
- (E) à conversão do auxílio-doença em auxílio-doença acidentário.

57

Ferreirinha foi admitido na empresa “Y”, na cidade do Rio de Janeiro em 1992, como servente, vindo a galgar postos sucessivos, até atingir a condição de vendedor. A partir do ano de 2000, Ferreira passou a exercer cargos de confiança: chefe de equipe até janeiro de 2001; supervisor regional até 2004; gerente de vendas a partir de 2005. De fevereiro de 2005 a março de 2007 trabalhou na filial de Salvador, e de abril de 2007 a fevereiro de 2010 o fez na cidade de Porto Alegre; e, a partir de março de 2010, na cidade de João Pessoa, para onde finalmente se mudou com mulher e filhos, que haviam permanecido na cidade do Rio de Janeiro, à qual, periodicamente, retornava para estar com a família. Em março de 2011, foi destituído da função de confiança, retornando à de vendedor, perdendo, em consequência, a gratificação de função, mas não se conforma com o que considera rebaixamento e muito menos com o fato de não ter recebido adicional de transferência desde o ano de 2005.

Assinale a afirmativa correta.

- (A) Ferreira não poderia ter sido destituído do cargo de confiança, o que configura alteração ilícita do contrato, muito menos deixado de receber da empresa a gratificação de função e o adicional de transferência de 25%.
- (B) A empresa detinha o *jus variandi* para destituir Ferreira do cargo de confiança, bem como agiu legalmente quando suprimiu a gratificação correspondente à função que o trabalhador deixou de exercer. De igual sorte, não é devedora de adicional de transferência. Quanto ao período até fevereiro de 2010, porque Ferreira exercia cargo de confiança, que dispensa o pagamento do adicional.
- (C) A empresa detinha o *jus variandi* para destituir Ferreira do cargo de confiança, mas não poderia ter suprimido a gratificação de função. E é devedora do adicional de transferência quanto ao período até fevereiro de 2010.
- (D) A empresa detinha o *jus variandi* para destituir Ferreira do cargo de confiança, mas não poderia ter suprimido a gratificação de função. E é devedora do adicional de transferência quanto ao período desde 2005 até a presente data.
- (E) A empresa detinha o *jus variandi* para destituir Ferreira do cargo de confiança, mas podia suprimir o pagamento da gratificação de função, posto que o cargo de gerência passou a ser exercido somente a partir de 2005. E é devedora do adicional de transferência quanto ao período até fevereiro de 2010.

58

Em ação de cumprimento, o sindicato dos trabalhadores nos estabelecimentos comerciais do município de João Bastos postula em face de Lojas Reunidas S.A. o imediato pagamento do reajuste salarial de 20%, fixado em sentença normativa prolatada pelo TRT da 27ª Região, ainda pendente de confirmação pelo Tribunal Superior do Trabalho, em razão da interposição de recurso ordinário pelo sindicato patronal. Citada a empresa na ação de cumprimento, deve:

- (A) Arguir a falta de interesse de agir do Sindicato autor, em razão de não ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença normativa que embasa a ação de cumprimento.
- (B) Apresentar defesa normalmente e requerer a suspensão da ação de cumprimento até o trânsito em julgado da sentença normativa, tratando-se de questão prejudicial.
- (C) Apresentar defesa normalmente, prosseguindo no curso do processo até o final. Em caso de modificação da sentença normativa em grau recursal, proferida sentença na ação de cumprimento com trânsito em julgado anterior ao da sentença normativa, deve ingressar com ação rescisória.
- (D) Apresentar defesa normalmente, prosseguindo no curso do processo até o final. Em sendo atípica a coisa julgada produzida na ação de cumprimento, eventual modificação na sentença normativa repercutirá na execução da referida ação, podendo inclusive gerar sua extinção, sendo incabível a ação rescisória.
- (E) Arguir a ilegitimidade ativa do Sindicato autor na ação de cumprimento, em razão de sua legitimidade estar restrita à inobservância de disposição contida em acordo ou convenção coletiva.

59

Joana, ex-mulher de Antônio, segurado falecido, procurou seu advogado fazendo a seguinte consulta: recebia pensão de seu ex-marido após o divórcio ocorrido em 2006, no percentual de 20% dos rendimentos do alimentante. Dois anos depois, em 2008, seu ex-marido veio a se casar novamente com Raquel. Após o falecimento de Antônio em maio de 2009, Joana parou de receber qualquer valor financeiro, estando em sérias dificuldades financeiras até o presente momento, vivendo de doações e ajuda de amigos. Soube que a viúva com quem seu ex-marido se casara passou a receber pensão desde o falecimento do *de cujus*. Indaga: tem direito à pensão de seu ex-marido, que não tinha filhos, inclusive aos valores retroativos à data de falecimento de seu ex-marido?

- (A) Faz jus ao benefício, em igualdade de condições com Raquel, mas sem valores retroativos.
- (B) Não faz jus a qualquer benefício, pois com o divórcio houve a perda da qualidade de dependente.
- (C) Faz jus ao benefício, inclusive aos valores retroativos, no percentual de 20%.
- (D) Não faz jus ao benefício, pois só há direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido se comprovada a necessidade econômica superveniente, conforme entendimento consolidado do STJ.
- (E) Faz jus ao benefício, sem retroatividade de valores, no percentual de 20%.

60

Em se tratando de Execução Trabalhista, analise as afirmativas abaixo:

- I A cessão de crédito e a sub-rogação são plenamente aplicáveis à execução trabalhista, sendo partes legítimas *ad causam* o cessionário e o sub-rogado, que podem prosseguir na execução até o final.
- II Empresa integrante do mesmo grupo econômico da devedora não pode integrar o polo passivo da execução, se não fez parte da fase de conhecimento e não constou do título executivo judicial, conforme a CLT e entendimento consolidado do TST.
- III A adjudicação como meio de expropriação na Justiça do Trabalho sempre tem preferência em relação à arrematação e à remição, em razão do princípio da proeminência do credor trabalhista.
- IV A execução provisória na Justiça do Trabalho não admite a penhora “on line” quando indicados bens à penhora pelo devedor, em razão do princípio da execução menos gravosa, aplicável ao Processo do Trabalho.

Assinale se

- (A) somente são corretas as afirmativas I e IV.
- (B) somente é incorreta a afirmativa II.
- (C) somente as assertivas I e III estão incorretas.
- (D) somente estão corretas as afirmativas I, II e IV.
- (E) somente é correta a afirmativa IV.

61

A empresa Indústria Bom Remédio Ltda, visando se estabelecer em determinado bairro, alugou imóvel onde funcionava a Indústria Vida Nova Ltda. Além do imóvel, de propriedade de terceiros, por valores bem abaixo do mercado, firmou contrato para uso de todos os utensílios, maquinário e bens móveis de propriedade da antiga fábrica, que também explorava a atividade econômica de produção de medicamentos e funcionava em sérias dificuldades econômicas. Entretanto, exigiu e incluiu no contrato firmado com a antiga fábrica que todos os empregados fossem demitidos e que a responsabilidade pelas dívidas trabalhistas ficasse a cargo exclusivo da antiga fábrica e seus sócios, recontratando apenas os funcionários Arthur e João, diante da larga experiência que os dois possuíam no ramo. Acerca da sucessão trabalhista no caso concreto, é correto afirmar que:

- (A) Há sucessão trabalhista em relação aos antigos empregados, mas não em relação a Arthur e João, pois foram firmados novos contratos de trabalho.
- (B) Não há sucessão trabalhista pois a relação jurídica entre o antigo e o novo explorador de uma atividade econômica é tão somente de arrendamento.
- (C) Só há sucessão trabalhista em relação aos contratos de Arthur e João.
- (D) Não há sucessão trabalhista e a responsabilidade pelos créditos trabalhistas é exclusiva do antigo explorador da atividade econômica, diante de expressa previsão contratual.
- (E) Há sucessão trabalhista e a nova empresa se responsabilizará por todas as dívidas da empresa sucedida, inclusive em relação aos ex-empregados não recontratados.

62

A empresa Emy Metalúrgica Ltda expõe a seguinte situação: a convenção coletiva dos metalúrgicos firmada em agosto de 2005, sem prazo de vigência, previu expressamente a concessão de auxílio creche, no valor de R\$ 500,00, a todos os empregados com filhos menores de 7 anos. Como a empresa encontra-se em dificuldades econômicas e até o presente momento não foi editada nova convenção coletiva, indaga: é possível suprimir o pagamento do auxílio creche?

- (A) Não há possibilidade de supressão, eis que como não houve prazo de vigência fixado para a convenção coletiva, encontra-se ainda em vigor.
- (B) Não há possibilidade de supressão, eis que as condições previstas em convenção coletiva integram os contratos de trabalho definitivamente.
- (C) Há possibilidade de supressão, pois as convenções coletivas vigoram no prazo máximo de 2 anos.
- (D) Há possibilidade de supressão, pois as convenções coletivas vigoram até que norma coletiva superveniente produza sua revogação, respeitado o prazo máximo legal de 4 anos.
- (E) Não há possibilidade de supressão, diante do princípio da condição mais benéfica.

63

Acerca do recurso de revista, da ação rescisória e do mandado de segurança no processo do trabalho analise.

- I No caso de recebimento de recurso no duplo efeito (devolutivo e suspensivo) contra sentença normativa, a decisão de cassação do efeito devolutivo tem efeito “ex tunc”.
- II Da decisão do Tribunal Superior do Trabalho que deixou de conhecer recurso de revista analisando a arguição de violação de dispositivo de lei material, cabe ação rescisória da sua própria competência originária.
- III Para admissibilidade de recurso de revista com base em violação à dispositivo de lei é necessária a indicação expressa deste e a interpretação razoável do preceito atacado, a fim de viabilizar o cabimento do referido recurso.
- IV O defeito de impetração de mandado de segurança sem a juntada de documento indispensável é passível de correção no prazo de 10 dias, dada aplicação subsidiária do art. 284 do CPC ao processo do trabalho.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas;
- (B) apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- (C) apenas as afirmativas III e IV estão corretas;
- (D) apenas as afirmativas II e IV estão corretas;
- (E) apenas as afirmativas I e III estão corretas.

64

Mévio, investidor profissional, decidiu comprar terrenos para incorporação. Assim, contratava Tício, engenheiro e sócio da MT Engenharia Ltda., cujo objeto social era a construção de edifícios. Quando o projeto estava terminado, Mévio comercializava as unidades, pagando a MT Engenharia Ltda o valor acordado da construção do empreendimento. No curso das obras, visando o barateamento de seus custos, a MT Engenharia Ltda. entendeu por bem contratar pequenas empresas de engenharia que desempenhavam trabalhos específicos de pintura e acabamento das unidades a serem vendidas, tendo contratado duas destas empresas, quais sejam, JX Pinturas Ltda e LK acabamentos Ltda. Ocorre que, um ano após o término das obras, os empregados destas duas últimas empresas não haviam recebido seus direitos trabalhistas, nos quais se incluem verbas rescisórias e horas extras. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade de cada pessoa física ou jurídica na hipótese.

- (A) Mévio era dono da obra, não tendo responsabilidade trabalhista quanto aos empregados; MT Engenharia responde apenas subsidiariamente por haver terceirizado os serviços; enquanto as demais pequenas empresas têm responsabilidade direta para com os empregados.
- (B) Diante da formação de um grupo econômico todos respondem de forma solidária, conforme determina a lei trabalhista.
- (C) A responsabilidade imediata é da empregadora. A MT Engenharia responde em caso de inadimplemento das demais empresas por ter contratado subempreiteiras. Mévio responde como dono da obra. Tício responderá apenas na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica da MT Engenharia.
- (D) Diante da terceirização a responsabilidade imediata é das empresas empregadoras e, na forma do entendimento sumulado do TST, os demais respondem subsidiariamente.
- (E) Trata-se de fraude à aplicação dos direitos trabalhistas, razão pela qual todos respondem solidariamente.

65

Regina, técnica em enfermagem, exerce a função de acompanhante na residência de João, idoso, o qual sofre do mal de Alzheimer. A prestação de serviços se dá de segunda a sexta-feira, sem horário definido, vale dizer, ao longo do dia, da noite e madrugada, dependendo das necessidades de João. Tal relação jurídica já dura três anos, sem que tenha havido anotação na CTPS. Considerando que Regina reside com João e toma suas refeições na casa, este descontava do salário os percentuais relativos à alimentação e moradia. Observando esta situação hipotética, assinale a alternativa que melhor atende aos possíveis interesses trabalhistas de Regina.

- (A) Regina tem direito ao reconhecimento do vínculo empregatício na condição de técnica de enfermagem, bem como às horas-extras do que exceder a jornada de 8 horas e carga semanal de 44 h. Já os descontos, são legais, desde que observados os limites previstos na legislação, a fim de evitar a configuração de salário utilidade e integração à remuneração.
- (B) Regina tem direito ao reconhecimento do vínculo empregatício na condição de doméstica, bem como às horas-extras do que exceder a jornada de 8 horas e carga semanal de 44 h. Já os descontos, são legais, desde que observados os limites previstos na legislação, a fim de evitar a configuração de salário utilidade e integração à remuneração.
- (C) Regina tem direito ao reconhecimento do vínculo empregatício na condição de técnica de enfermagem, mas sem direito a horas-extras, tendo em vista a função de confiança desempenhada. Já os descontos, são legais, desde que observados os limites previstos na legislação, a fim de evitar a configuração de salário utilidade e integração à remuneração.
- (D) Regina tem direito ao reconhecimento do vínculo empregatício na condição de doméstica, sem direito às horas-extras. Já os descontos, são legais, desde que observados os limites previstos na legislação, a fim de evitar a configuração de salário utilidade e integração à remuneração.
- (E) Regina tem direito ao reconhecimento do vínculo empregatício na condição de doméstica, sem direito às horas-extras, e também deve ser ressarcida no valor dos descontos, pois os mesmos são ilegais exclusivamente para os domésticos.

66

Tício, português, contador, com domicílio atual em Miami, Florida, EUA, era empregado da Contadores S/A, empresa com sede no Rio de Janeiro, local em que contratou Tício, o qual imediatamente passou a trabalhar em Porto Alegre, por um ano. No curso do contrato de trabalho Tício foi transferido para Nova Iorque, EUA, país com o qual o Brasil não mantém convenção internacional sobre questões processuais trabalhistas. Depois de dois anos foi dispensado. Insatisfeito e entendendo que vários direitos trabalhistas teriam sido violados, Tício pretende ajuizar reclamação trabalhista. Nesta hipótese, assinale a alternativa correta quanto à competência para ajuizamento da ação:

- (A) Majoritariamente, entende-se que a ação poderá ser proposta apenas no Brasil e nos locais tanto de contratação quanto de prestação de serviços, independente da legislação a ser aplicada.
- (B) Considerando que Tício não é brasileiro, a ele não se aplicam as regras de competência nacional, razão pela qual não terá a prerrogativa de ajuizamento da ação no Brasil, aplicando-se a regra do último local de trabalho, independente da legislação a ser aplicada.
- (C) Trata-se de hipótese de competência concorrente, cabendo a Tício a escolha de ajuizar a ação no Brasil ou nos EUA, sendo que neste caso a sentença deverá ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça para ter validade no Brasil, independente da legislação a ser aplicada.
- (D) À luz da legislação processual brasileira, a hipótese é de competência exclusiva do Brasil, pois o empregado, em que pese o domicílio atual dos EUA, foi contratado no Brasil, o que afasta a jurisdição americana, dada a contratação em território brasileiro, independente da legislação a ser aplicada.
- (E) Tendo a maior parte do contrato transcorrido nos EUA e sendo este o local da ruptura do contrato após a transferência definitiva de Tício, a hipótese é de competência americana, afastada a jurisdição brasileira, independente da legislação a ser aplicada.

67

Acerca do processo de justificação administrativa, analise.

- I A homologação da justificação judicial processada com base em prova exclusivamente testemunhal dispensa a justificação administrativa, em razão da coisa julgada.
- II Não caberá recurso da decisão da autoridade competente do INSS que considerar eficaz ou ineficaz a justificação administrativa.
- III Somente será admitido o processamento de justificação administrativa na hipótese de ficar evidenciada a inexistência de outro meio capaz de configurar a verdade do fato alegado, e o início de prova material apresentado levar à convicção do que se pretende comprovar.
- IV A comprovação do tempo de serviço para fins previdenciários deve, em qualquer hipótese, ser baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (D) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (E) apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

68

Acerca do benefício do salário-família, analise.

- I O salário-família é devido mensalmente ao segurado empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador avulso que tenham salário de contribuição na forma prevista em lei.
- II O salário-família será pago mensalmente ao empregado e trabalhador avulso aposentados por invalidez ou em gozo de auxílio-doença, pelo INSS, juntamente com o benefício.
- III Quando o pai e a mãe são segurados empregados ou trabalhadores avulsos, apenas um tem direito à percepção do salário-família.
- IV O pagamento do salário-família será devido a partir do nascimento do filho ou equiparado, estando condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória, até seis anos de idade, e de comprovação semestral de frequência à escola, a partir dos sete anos de idade.

Assinale se

- (A) apenas a afirmativa I está correta.
- (B) apenas a afirmativa II está correta.
- (C) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

69

A empregada Maria foi admitida em 10.9.2008 e, após dois anos de contrato de trabalho, constatou-se, em exame médico realizado por iniciativa da própria, sua gravidez. Às vésperas do parto solicitou a seu empregador seu afastamento, para gozar de licença-maternidade. Ao final dos 120 dias de licença, Maria apresentou atestado médico para não voltar a trabalhar naquele momento, requerendo seu afastamento por mais duas semanas. Seu empregador encaminhou a empregada ao INSS, requerendo seu afastamento por doença e o respectivo gozo de auxílio-doença. Com relação a esta atitude do empregador, assinale a alternativa correta.

- (A) A empregada já havia usufruído de todo o período de licença-maternidade, sendo correta a atitude do empregador em afastá-la por motivos médicos, sob a forma de auxílio-doença.
- (B) O INSS deverá conceder o auxílio-doença, desde que o afastamento seja superior a 15 dias.
- (C) O afastamento deve ser suportado pelo empregador, qualquer que seja o período.
- (D) A hipótese é de prorrogação da licença-maternidade, tendo se equivocado o empregador quando encaminhou a empregada ao INSS para gozo de auxílio-doença.
- (E) A empregada só tem direito à prorrogação da licença-maternidade, se o empregador tiver aderido ao programa empresa-cidadã, destinado a prorrogar por até 60 dias a licença-maternidade.

70

Determinado empregado fora contratado para trabalhar de segunda-feira a sábado, para cumprir jornada de 8:00 às 17:00 horas, com uma hora de intervalo, de segunda a sexta, e, aos sábados, de 08:00 às 12:00 horas. Diante de grave crise financeira que atingiu a empresa, seus gestores resolveram reduzir a jornada antes contratada, reduzindo, proporcionalmente, o salário até então pago. Tal alteração contratual observou a forma escrita, firmada entre empregado e empregador. Com relação ao ato do empregador, assinale a alternativa correta.

- (A) A alteração contratual é válida, pois a redução salarial está prevista para os empregados que passem a trabalhar a tempo parcial, conforme previsão do art. 58-A, § 1º, da CLT.
- (B) A alteração contratual é nula, pois não observou a participação do sindicato prevista em lei.
- (C) a alteração contratual é nula, diante do princípio da inalterabilidade contratual *in pejus*, do contrato de trabalho, prevista no art. 468 da CLT.
- (D) A alteração contratual é válida, considerando-se que a redução salarial foi proporcional à redução da jornada, conforme previsão do art. 58-A, § 1º, da CLT e OJ n. 358 da SDI-1/TST.
- (E) A alteração contratual é nula, pois violou o princípio da irredutibilidade salarial, que não comporta qualquer exceção, sendo vedada a redução salarial sob tais circunstâncias.

71

Nos autos do processo nº 8.000.05.2011.5.01.0099, a empresa “x”, em audiência, apresentou, sob a forma oral, exceção de incompetência em razão do lugar. Instado a se manifestar, o exceto, autor da demanda, renunciou ao prazo de 24 horas previsto no art. 800 da CLT, opondo-se verbalmente à exceção, registrando-se suas razões na ata. As partes não demonstraram interesse em produzir qualquer prova oral para instruir a exceção. O juízo da 99ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, na mesma audiência, decidiu a exceção, julgando-a procedente, com base nos documentos apresentados pelas partes. Ato contínuo determinou a remessa dos autos ao juízo de Belém do Pará, para livre distribuição a uma das Varas do Trabalho daquela localidade. Com relação à atitude de juízo, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão que determinou a remessa dos autos para Belém do Pará não pode ser impugnada, neste momento, diante do princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, consagrado no art. 893, § 1º, da CLT.
- (B) A exceção de incompetência deve ser apresentada sob a forma escrita, em peça autônoma, como exige o art. 307 do CPC, sendo nula a decisão que não reconheceu, de ofício, o vício formal da arguição sob a forma oral.
- (C) A exceção de incompetência suspende o processo, conforme regra do art. 799, *caput*, da CLT, exatamente para que o exceto, que é réu na exceção, possa apresentar suas razões por meio de petição (CLT, art. 800, *caput*). É nula, portanto, a renúncia ao prazo de 24 horas, diante da afronta ao princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).
- (D) A decisão é irrecorrível de imediato, conforme regra do art. 893, § 1º, da CLT, cabendo à parte insatisfeita somente apresentar seu protesto, na própria audiência, a fim de evitar a preclusão (CLT, art. 795, *caput*). O recurso contra tal decisão só é interponível quando da prolação da sentença de mérito, pela via ordinária do art. 895, I, da CLT.
- (E) Decisão que determina a remessa dos autos do processo para localidade tão distante da origem da demanda dificulta, sobremaneira, o acesso à justiça, razão pela qual é recorrível de imediato.

72

A Ação Rescisória é considerada meio autônomo de impugnação à sentença de mérito, transitada em julgado. A CLT cuida do tema de forma incipiente, no art. 836. O referido dispositivo legal reconhece, expressamente, a necessidade de aplicação subsidiária do Capítulo IV, Título IX, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, que trata do mesmo tema. Com relação à Ação Rescisória na Justiça do Trabalho, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- (A) O ajuizamento da demanda está sujeito a depósito prévio, no percentual de 20% sobre o valor da causa, nos termos do art. 836, *caput*, da CLT, que será revertido à outra parte na hipótese de improcedência do pedido ou de inadmissibilidade da ação rescisória.
- (B) A resposta do réu será oferecida entre 15 e 30 dias, devendo o juiz, no caso concreto, fixar o prazo.
- (C) Concluída a instrução processual as partes terão vistas dos autos, em 10 dias sucessivos, para aduzir razões finais, após o que a demanda será submetida a julgamento.
- (D) É incabível para atacar as sentenças de liquidação, mesmo que estas enfrentem questões relativas à feitura da conta, conforme já pacificado na jurisprudência do TST.
- (E) É possível a condenação em honorários advocatícios, conforme jurisprudência sumulada do TST.

73

João foi admitido, por concurso público, em 20.11.95, para ocupar um emprego na empresa pública municipal Y. No ano de 2003, a referida empresa foi extinta e seus servidores foram absorvidos por uma fundação pública municipal, que assumiu integralmente as atividades antes exercidas pela empresa extinta, bem como seus servidores. Após 15 anos de bons serviços prestados à administração pública municipal, João foi dispensado, sem justa causa, tendo recebido todas as verbas resilitórias devidas. João, após a homologação de sua rescisão contratual, propôs, na Justiça do Trabalho, demanda objetivando a declaração de nulidade de sua dispensa. Segundo João, sua contratação mediante concurso público lhe daria direito à estabilidade no emprego. Com relação à alegação de estabilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) João, por ser empregado, e não ocupante de cargo efetivo, não tem direito a qualquer estabilidade no emprego.
- (B) Independentemente do regime ao qual se vincula João, por ser servidor de uma fundação pública, goza da estabilidade prevista na CRFB.
- (C) Não há qualquer obstáculo à sua dispensa, considerando-se que foi admitido sob o regime celetista para ocupar um emprego público, em pessoa jurídica de direito privado da administração indireta.
- (D) João não tem qualquer estabilidade no emprego, posto que não foi admitido diretamente na fundação pública, deixando, portanto, de se beneficiar da regra garantida pela CRFB.
- (E) João não tem direito a qualquer estabilidade, pois a sucessão da empresa para a qual trabalhava, pela fundação pública, não o transforma em ocupante de cargo público efetivo, ao qual é dirigida a regra da CF.

74

Em 1992, Pedro, contribuinte obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, designou seu primo Rogério como dependente. Pedro faleceu em 2010, e então Rogério requereu ao INSS a concessão de pensão por morte. Na hipótese, marque a alternativa correta:

- (A) O benefício não será concedido porque atualmente não existe mais a figura do dependente designado.
- (B) O benefício será concedido porque a designação ocorreu antes de 1995, de modo que há direito adquirido do beneficiário.
- (C) O benefício será concedido porque o segurado pode designar dependente caso não possua dependentes de classe I.
- (D) O benefício somente será concedido se o dependente designado comprovar dependência econômica ao finado.
- (E) A pensão por morte não exige carência, seu valor é de 100% do salário de benefício e o dependente receberá até completar 21 anos, salvo se estiver cursando faculdade, quando se estende até 24 anos.

75

O empregado José foi admitido em 04.5.2009 e dispensado, sem justa causa, em 10.10.2011. No dia 20.10.2011, quinta-feira, compareceu na sede do sindicato de sua categoria profissional para proceder à homologação de sua rescisão contratual. No TRCT foram discriminadas as seguintes verbas, considerando o salário mensal de R\$3.500,00: 13º proporcional, férias do período aquisitivo 2010/2011, de forma simples, férias proporcionais (07/12), ambas acrescidas de 1/3, saldo salarial de 20 dias do mês de outubro de 2011, participação nos lucros aprovada por acordo coletivo, diárias para viagem de R\$1.800,00, referentes ao mês de setembro de 2011, e R\$7.000,00 a título de incentivo à demissão. O referido termo também discriminou, detalhadamente, quais destas parcelas sofreram contribuição previdenciária, indicando o valor correspondente a cada desconto. Considerando a regulamentação previdenciária sobre a matéria, marque a alternativa que indique quais parcelas sofreram descontos revertidos à Previdência Social.

- (A) Diárias para viagem, 13º salário proporcional e saldo salarial de 20 dias do mês de outubro de 2011.
- (B) 13º proporcional, férias do período aquisitivo 2010/2011, de forma simples, férias proporcionais (07/12), ambas acrescidas de 1/3, saldo salarial de 20 dias do mês de outubro de 2011, participação nos lucros e diárias para viagem.
- (C) 13º proporcional, saldo salarial de 20 dias do mês de outubro de 2011 e participação nos lucros.
- (D) 13º proporcional, saldo salarial de 20 dias do mês de outubro de 2011 e R\$7.000,00 a título de incentivo à demissão.
- (E) 13º proporcional, férias do período aquisitivo 2010/2011, de forma simples, férias proporcionais (07/12), ambas acrescidas de 1/3, saldo salarial de 20 dias do mês de outubro de 2011 e diárias para viagem.

76

Um determinado empregado trabalhou para a empresa X de 2006 a 2008, quando foi dispensado sem justa causa. No ano de 2011, obteve nova colocação na empresa Y, mas 2 meses após, contraiu doença comum, que não guardava relação com as condições de trabalho. Na hipótese, marque a alternativa correta:

- (A) O trabalhador fará jus ao benefício de auxílio doença previdenciário, já que implementa a carência de 12 contribuições mensais.
- (B) O empregado receberá o benefício de auxílio doença previdenciário, mesmo porque ele não exige carencia.
- (C) O empregado não receberá o benefício porque não atende às exigências legais para tal fim.
- (D) Se o empregado for aposentado ele poderá acumular este benefício previdenciário com o auxílio doença.
- (E) O auxílio doença corresponde a 91% do salário de benefício, daí porque a Lei previdenciária determina que os empregadores complementem os 9% faltantes.

77

No presídio em que cumpre pena, um detento trabalha numa fábrica de bolas de futebol que lá montou, em razão de convênio, uma unidade. Após ativar-se por 1 ano, pretende que a empresa efetue o pagamento do 13º salário e participação nos lucros. De acordo com as normas jurídicas de regência, marque a alternativa correta:

- (A) Ele terá direito a ambos os títulos, pois não pode haver discriminação.
- (B) Ele não terá direito, pois o trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) Ele receberá 13º salário mas não participação nos lucros diante da sua situação de dívida para com a sociedade.
- (D) Terá direito a receber ambos os títulos contanto que o valor reverta para a vítima do delito que cometeu.
- (E) Somente terá direito a receber as verbas citadas caso elas sejam destinadas à sua família, mas, neste caso, eles não receberão auxílio reclusão.

78

Jorge foi contratado como analista de telecomunicações por uma empresa e, destacando-se pela sua capacidade diferenciada, foi promovido a gerente do setor, passando então a receber uma gratificação de função de 80% do seu salário. Recebeu intenso treinamento e tornou-se um profissional altamente qualificado e importante na empresa, mercê dos seus conhecimentos específicos, o que garantiu a realização de diversos contratos lucrativos. Doze anos depois, o empregador recebeu citação para responder a uma ação movida por uma empregada, também gerente, dizendo-se assediada sexualmente por Jorge. O pedido é julgado procedente à luz das contundentes provas produzidas acerca da exigência de favores sexuais por Jorge, sendo a empresa condenada ao pagamento de R\$ 30.000,00. Transitada em julgado, a empresa pretende, assim que pagar a indenização, descontar o seu valor do empregado, de forma parcelada, deduzindo mensalmente 10% do salário até a satisfação integral da obrigação, além de reverter Jorge ao cargo original, retirando-lhe a gratificação de função. Em reunião de Diretoria, ficou decidido que Jorge não seria dispensado porque era valioso para a empresa, ainda que na condição de analista, em razão de sua qualificação e experiência. De acordo com a hipótese apresentada, marque a alternativa correta:

- (A) É possível o desconto porque houve dolo do empregado e igualmente possível a reversão com a supressão da gratificação de função, mesmo transcorrido mais de 10 anos de exercício do cargo comissionado, em razão do motivo que o ensejou.
- (B) Somente será possível realizar o desconto se houver previsão no contrato, sendo possível a reversão de João ao cargo original, mas com a manutenção da gratificação de função diante da estabilidade financeira, haja vista a percepção da vantagem por mais de 10 anos.
- (C) É possível realizar o desconto pelo dano causado pelo empregado, já que houve dolo de sua parte, mas não é possível o retorno ao cargo original porque traduziria rebaixamento, vedado pelo ordenamento jurídico trabalhista.
- (D) O desconto em face de João não poderia ser realizado porque o risco do negócio é do empregador. Ademais, ao não dispensar o empregado por justa causa, está havendo perdão tácito da falta, pelo que se torna impossível efetuar a subtração pretendida.
- (E) Para realizar o desconto seria necessário que a empresa ajuizasse uma ação contra João, obtendo autorização judicial para tal fim. A reversão ao cargo de origem não seria possível, mas a empresa poderia suprimir o pagamento da gratificação de função como punição pelo comportamento do empregado.

79

Julgado procedente em parte os pedidos vertidos numa reclamação trabalhista, ambas as partes recorrem no prazo legal, sendo que o juiz nega seguimento ao recurso da empresa porque deserto. Ao apresentar contrarrazões ao recurso ordinário do autor, e ciente da decisão judicial que negou seguimento ao seu recurso, a empresa apresenta recurso ordinário adesivo com o mesmo conteúdo, mas desta feita junta as guias de custas e depósito recursal. Ciente do recurso ordinário adesivo, o autor desiste do recurso ordinário por ele interposto, mas ato contínuo o réu afirma que o recurso ordinário adesivo teve o condão de ratificar o conteúdo do seu recurso ordinário principal, que deve assim ter seguimento normal, mesmo porque ele não concordou com tal desistência. Nesta hipótese, marque a alternativa correta:

- A) A empresa tem razão, pois na Justiça do Trabalho cabe a ratificação do recurso trancado, ainda que em sede de adesivo, sendo que a desistência do recurso principal pelo autor não altera esse panorama, mesmo porque não houve aquiescência da ré.
- B) A empresa está errada, pois a ratificação é possível, mas a tramitação do seu recurso ficou prejudicada porque o recurso adesivo sofre contingências em relação ao recurso principal, a exemplo da desistência.
- C) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, com prazo de 8 dias, mas é necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária. Em relação à desistência, ela prescinde da concordância do adversário.
- D) O recurso adesivo não poderia ser conhecido em razão da preclusão consumativa. Logo, diante da narrativa, a decisão judicial transitou em julgado, posto que desnecessária concordância da parte adversa para homologar desistência de recurso.
- E) Se o pedido fosse extinto sem resolução do mérito em razão de preliminar conhecida de ofício, a empresa não poderia recorrer adesivamente para que o pedido fosse julgado improcedente.

80

Três empregados de uma empresa que prestava serviços a um Município foram dispensados e não receberam alguns direitos devidos ao longo dos pactos laborais nem as verbas resilitórias. Assim, valeram-se de reclamação plúrima, demandando contra o prestador de serviços e o Município tomador. O pedido foi julgado procedente em parte e, frente à verificação da negligência do ente público na fiscalização do contrato, foi ele condenado de forma subsidiária. Transitada em julgado nestes termos, apurou-se o *quantum debeatur* (R\$22.000 para o 1º autor, R\$15.000,00 para o 2º autor e R\$18.000,00 para o 3º autor), iniciando-se a tentativa de recebimento em face do prestador de serviços, sem sucesso. Em razão disso, a execução foi direcionada ao ente público, que rebela-se apresentando os seguintes argumentos: que os índices aplicáveis contra a Fazenda Pública devem ser os mesmos de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (Lei 9.494/97, artigo 1º F), e não de 1% ao mês como homologado à época da cobrança em face do devedor principal; que antes de alvejar o patrimônio público, o juiz é obrigado a desconsiderar a personalidade jurídica da 1ª ré e tentar receber o crédito dos sócios, para somente então, restando infrutífera, exigir o pagamento do 2º réu; que no Município em questão, há Lei sancionada que qualifica como de pequeno valor as quantias iguais ou inferiores a 3 salários mínimos, pelo que, se a execução prosseguir, todos deverão receber por precatório. Diante da narrativa, marque a alternativa correta, à luz do entendimento consolidado do TST:

- (A) A Lei contempla juros menores para a Fazenda Pública, o que deverá ser observado pelo magistrado; a desconsideração da personalidade jurídica é uma faculdade do juiz, de modo que não pode ser exigida; por questão de disciplina jurídica, a Lei Municipal deve ser observada, de modo que as dívidas serão pagas através de precatório.
- (B) Considerando-se que o Poder Público é responsável derivado, os juros são os mesmos aplicados às reclamações trabalhistas; não há necessidade de desconsiderar a personalidade jurídica antes de executar o tomador, já que essa medida é excepcional, inexigível quando existe um devedor subsidiário; a Lei Municipal é inconstitucional porque fixa um valor inferior ao teto da Previdência Social; 2 dos créditos serão pagos por RPV e 1 por precatório.
- (C) A dívida será paga por precatório porque o somatório dos créditos perfaz R\$ 55.000,00, portanto superior a 30 salários mínimos; o ente público recebe a dívida tal qual ela se encontra, inclusive porque não poderia haver nova homologação de valor; a desconsideração da personalidade jurídica não deve ser aceita porque no título executivo o Município foi responsabilizado.
- (D) A dívida deverá respeitar a Lei Municipal e se os credores estiverem em dívida com o IPTU de seus imóveis, poderá haver compensação tributária antes de se expedirem os precatórios.
- (E) Todos serão pagos por RPV, que será enviado ao chefe do Poder Executivo Municipal através do Presidente do Tribunal. O Prefeito terá 60 dias para pagamento, sob pena de arresto.

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Direito do Trabalho e Direito Previdenciário do Tipo 1 (Branco – 07M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.